



Projeto de Resolução n.º 547/XV/1.^a

Recomenda ao Governo que corrija as falhas do Plano Ferroviário Nacional e reveja os respetivos planos plurianuais de investimento

Exposição de motivos

A 19 de abril de 2021, o Governo lançou o Plano Ferroviário Nacional com o objetivo de definir diretrizes de médio/longo prazo da rede ferroviária de forma a aumentar a quota modal da ferrovia no transporte de passageiros, mas também enquanto impulsionador da integração do modo ferroviário nas principais cadeias logísticas nacionais e internacionais e uma progressiva transferência modal para o modo ferroviário.

A Iniciativa Liberal acompanha a missão e os objetivos do Plano Ferroviário Nacional, mas discorda de alguns pontos que considera serem falhas gravosas para o cumprimento destes objetivos. Como primeiro exemplo, consideramos que o Plano Ferroviário Nacional deve consagrar como escolha modal para densificar a malha na região do Minho e do Algarve a ferrovia pesada, não apenas por ser a que garante melhor performance para viagens interurbanas, mas também para, por via do aumento de escala, criar condições para se obter uma operação mais eficiente para passageiros e operadores, contrariamente à opção de segregação de modos de transporte, que inevitavelmente conduzirá a mais transbordos, menor velocidade comercial e mais estruturas de gestão independentes, focos de ineficiência indesejáveis.

Relativamente ao traçado, no caso da linha de Trás-os-Montes, defendemos que se deve iniciar no aeroporto Francisco Sá Carneiro e deve continuar para Zamora, em acordo com Espanha, e assim criar um canal privilegiado de conexão de toda a região Norte com o Norte peninsular. Deve ainda ser determinada a reabertura do ramal de Monção, entre Valença e Monção, uma via encerrada há mais de trinta anos, mas que teria a maior utilidade em face do dinamismo da zona fronteiriça em que se insere.



Consideramos ainda essencial a revisão da priorização de alguns investimentos. A título de exemplo, importará no imediato planear e executar já parte da nova linha Beja – Faro utilizando os fundos até aqui previstos para uma renovação do atual traçado da linha do Sul entre Torre Vã e Tunes, que a prazo se perspetiva que deixe de ser o itinerário preferencial para ligações Sul – Norte a servir a região do Algarve. Adicionalmente, deve ser determinada a urgência do reposicionamento dos caminhos de ferro em capitais de distrito não servidas por caminhos de ferro (Viseu, Vila Real e Bragança) e em capitais de distrito que, servidas por caminhos de ferro, devem ver revistas e melhoradas as ligações atuais para efetivo usufruto (Castelo Branco, Portalegre, Leiria e Beja). Consideramos igualmente ser de grande interesse garantir a ligação de todos os portos comerciais e aeroportos à rede ferroviária nacional, devendo no prazo máximo de cinco anos ser realizada a fácil ligação ao Aeroporto Sá Carneiro, no Porto, e no prazo de dez anos serem conectados os aeroportos de Lisboa e de Faro.

Além da revisão das prioridades e do traçado, a Iniciativa Liberal propõe alterações à gestão dos planos de investimento e à definição das metas orçamentais plurianuais para desenvolvimento do Plano Ferroviário Nacional. Relativamente à gestão dos planos de investimento, os mesmos devem ser revistos à luz do novo documento, nomeadamente para evitar a mobilização de grandes verbas de investimento público para objetivos que sejam contrários a este documento. Já sobre a consagração de uma meta orçamental plurianual de alocação de capital a investimentos públicos no desenvolvimento do Plano Ferroviário Nacional, esta é uma condição única que garante a efetiva execução do plano proposto, aproveitando o conhecimento adquirido através das conclusões do Ferrovias 2020, que apontam para a necessidade de existência de fluxos regulares de investimento para manutenção e expansão de know how nos sectores de projeto, construção e operação, sem os quais a operacionalização de qualquer plano pode ficar comprometida, como se regista atualmente. A meta orçamental plurianual deve ser acompanhada da respetiva cabimentação orçamental plurianual e autorizando integralmente as verbas alocadas aos programas, de modo a agilizar todos os passos necessários, desde o projeto até à execução.

Por fim, a Iniciativa Liberal propõe ao Governo codificar no Plano Ferroviário Nacional a necessidade de equipar toda a rede nacional com os sistemas europeus de sinalização e controlo de tráfego, ERTMS, para substituir sistemas obsoletos existentes e



para alinhar o país com o padrão europeu no mais curto prazo de tempo, o que oferece vantagens de interoperabilidade entre os dois lados da fronteira e uma efetiva promoção da concorrência em todos os segmentos de tráfego servidos pelos caminhos de ferro e que serão vitais para garantir os objetivos a que o próprio Governo se propõe com este documento.

Assim, tendo em consideração o acima exposto, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

- 1- Proceda à revisão do Plano Ferroviário Nacional, considerando as seguintes alterações:
 - a) A consagração da ferrovia pesada na região do Minho e do Algarve;
 - b) A extensão da linha de Trás-os-Montes, de modo que a mesma tenha início no aeroporto Francisco Sá Carneiro e, em concordância com Espanha, se prolongue até Zamora;
 - c) A reabertura do ramal de Monção;
 - d) A revisão das prioridades de investimento de forma a prever com urgência:
 - i) O reposicionamento dos caminhos de ferro em Viseu, Vila Real e Bragança, capitais de distrito que não se encontram servidas por caminhos de ferro;
 - ii) A revisão e melhoria das ligações em Castelo Branco, Portalegre, Leiria e Beja, para real usufruto;
 - iii) A ligação de todos os portos comerciais e aeroportos à rede ferroviária nacional, devendo no prazo máximo de cinco anos ser realizada a ligação ao Aeroporto Sá Carneiro, no Porto, e no prazo de dez anos serem conectados os aeroportos de Lisboa e de Faro;



- iv) O planeamento e execução no imediato de parte da nova linha Beja-Faro utilizando os fundos até aqui previstos para uma renovação do atual traçado da linha do Sul entre Torre Vã e Tunes.
- e) A definição de uma meta orçamental plurianual acompanhada da respetiva cabimentação orçamental plurianual e autorizando a alocação integral de verbas aos respetivos programas;
- f) A implementação dos sistemas europeus de sinalização e controlo de tráfego, ERTMS, em toda a rede nacional;

2- Proceder à revisão dos planos plurianuais de investimento, de forma a garantir o seu alinhamento com o Plano Ferroviário Nacional em vigor, após as alterações ao mesmo.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Carla Castro

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha